



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
SUPERINTENDÊNCIA DA ÁREA JUDICIÁRIA

SESSÃO Nº 03/2022 - TRIBUNAL PLENO

SESSÃO DO TRIBUNAL PLENO. Aos dezoito (18) dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e dois (2022), às 16 horas, realizou-se a sessão nº 3/2022, convocada mediante o **Edital nº 34**, de 9 de fevereiro de 2022, disponibilizado no Diário da Justiça de igual data, para a solenidade de posse da Dra. JORIZA MAGALHÃES PINHEIRO, Titular da 9ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Fortaleza, no cargo de Desembargadora do Poder Judiciário do Estado do Ceará, a realizar-se em formato híbrido (por meio de videoconferência, no link de acesso já utilizado para as sessões do Tribunal Pleno) e presencialmente, no auditório da Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará - ESMEC. Presentes os Excelentíssimos Senhores Desembargadores MARIA NAILDE PINHEIRO NOGUEIRA – PRESIDENTE, FERNANDO LUIZ XIMENES ROCHA, MARIA IRACEMA MARTINS DO VALE, ANTÔNIO ABELARDO BENEVIDES MORAES, FRANCISCO LINCOLN ARAÚJO E SILVA, VERA LÚCIA CORREIA LIMA, EMANUEL LEITE ALBUQUERQUE, PAULO FRANCISCO BANHOS PONTE, FRANCISCA ADELINEIDE VIANA, DURVAL AIRES FILHO, FRANCISCO GLADYSON PONTES, FRANCISCO DARIVAL BESERRA PRIMO, FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE, INÁCIO DE ALENCAR CORTEZ NETO, WASHINGTON LUÍS BEZERRA DE ARAÚJO, CARLOS ALBERTO MENDES FORTE, MARIA IRANEIDE MOURA SILVA, LUIZ EVALDO GONÇALVES LEITE, LISETTE DE SOUSA GADELHA, RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOS, PAULO AIRTON ALBUQUERQUE FILHO, MARIA EDNA MARTINS, MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO, TEREZE NEUMANN DUARTE CHAVES, LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES, LIRA RAMOS DE OLIVEIRA, HERÁCLITO VIEIRA DE SOUSA NETO, FRANCISCO CARNEIRO LIMA, FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATO, HENRIQUE JORGE HOLANDA SILVEIRA, SÉRGIO LUIZ ARRUDA PARENTE, ANTÔNIO PÁDUA SILVA, FRANCISCO LUCIANO LIMA RODRIGUES, MARIA DO LIVRAMENTO ALVES MAGALHÃES, **JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO** e **MARIA DAS GRAÇAS ALMEIDA DE QUENTAL**. Ausentes, por motivo de férias, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores HAROLDO CORREIA DE OLIVEIRA MÁXIMO, MARIA VILAUBA FAUSTO LOPES e MARLÚCIA DE ARAÚJO BEZERRA. Ausentes, justificadamente, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores TEODORO SILVA SANTOS, JOSÉ TARCÍLIO SOUZA DA SILVA e MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. A Procuradoria-Geral de Justiça fez-se representar pelo Dr. MANUEL PINHEIRO FREITAS – PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA. Os trabalhos foram secretariados pelo SUPERINTENDENTE DA ÁREA JUDICIÁRIA, Dr. NILSITON RODRIGUES DE ANDRADE ARAGÃO. Inicialmente os Desembargadores DURVAL AIRES FILHO, FRANCISCO GLADYSON PONTES e FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATO ressalvaram suas férias nesta data, para participarem desta Sessão. A Desembargadora MARIA NAILDE PINHEIRO NOGUEIRA, Presidente deu início a Solenidade de Posse da Juíza de Direito **JORIZA MAGALHÃES PINHEIRO** como Desembargadora desta Egrégia Corte de Justiça o qual teve acesso pelo critério de Merecimento. Integraram a mesa as seguintes autoridades: Excelentíssima Senhora Desembargadora MARIA NAILDE PINHEIRO NOGUEIRA, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará; Excelentíssimo Senhor CAMILO SOBREIRA DE SANTANA, Governador do Estado do Ceará; Excelentíssima Senhora MARIA IZOLDA CELA DE ARRUDA COELHO, Vice-Governadora do Estado do Ceará; Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual EVANDRO LEITÃO, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado Do Ceará; Excelentíssimo Senhor RENATO LIMA, Secretário de Governo, nesse ato representando o Prefeito Municipal de Fortaleza JOSÉ SARTO NOGUEIRA MOREIRA; Excelentíssimo Senhor MANUEL PINHEIRO FREITAS, Procurador-Geral de Justiça; Excelentíssima Senhora Desembargadora do Trabalho REGINA GLAUCIA CAVALCANTE NEPOMUCENO, Presidente do Tribunal Regional do Trabalho 7ª Região; Excelentíssimo Senhor Desembargador INÁCIO DE ALENCAR CORTEZ NETO, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará; Excelentíssima Senhora ANA CRISTINA DE PONTES LIMA ESMERALDO, Diretora do Fórum Clóvis Beviláqua; Excelentíssimo Senhor JOSÉ ERINALDO DANTAS FILHO, Presidente da OAB Seção Ceará; Excelentíssima Senhora ELIZABETH DAS CHAGAS SOUSA, Defensora Pública Geral do Estado do Ceará. Registrada a participação de forma preferencial dos Excelentíssimos Senhores Desembargadores ANTÔNIO ABELARDO BENEVIDES MORAES - Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, PAULO AIRTON ALBUQUERQUE FILHO - Corregedor Geral do Estado do Ceará, FRANCISCO LINCOLN ARAÚJO E SILVA, EMANUEL LEITE ALBUQUERQUE, FRANCISCA ADELINEIDE VIANA, FRANCISCO GLADYSON PONTES, WASHINGTON LUÍS BEZERRA DE ARAÚJO, CARLOS ALBERTO MENDES FORTE, MARIA EDNA MARTINS, MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO, HERÁCLITO VIEIRA DE SOUSA NETO, FRANCISCO CARNEIRO LIMA, FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATO, SÉRGIO LUIZ ARRUDA PARENTE, FRANCISCO LUCIANO LIMA RODRIGUES e **MARIA DAS GRAÇAS ALMEIDA DE QUENTAL**; e, de forma remota, dos Excelentíssimos Senhores Desembargadores FERNANDO LUIZ XIMENES ROCHA, MARIA IRACEMA MARTINS DO VALE, VERA LÚCIA CORREIA LIMA, PAULO FRANCISCO BANHOS PONTE, DURVAL AIRES FILHO, FRANCISCO DARIVAL BESERRA PRIMO, FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE, MARIA IRANEIDE MOURA SILVA, LUIZ EVALDO GONÇALVES LEITE, LISETTE DE SOUSA GADELHA, RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOS - Vice-Corregedor do Tribunal Regional Eleitoral, TEREZE NEUMANN DUARTE CHAVES, LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES, LIRA RAMOS DE OLIVEIRA, HENRIQUE JORGE HOLANDA SILVEIRA, ANTÔNIO PÁDUA SILVA, MARIA DO LIVRAMENTO ALVES MAGALHÃES e **JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO**. Registrada as presenças dos Excelentíssimos Senhores: Juiz de Direito DANIEL CARVALHO CARNEIRO, Presidente da Associação Cearense de Magistrados; ANTONIA CAMILY GOMES CRUZ, Procuradora-Geral do Estado do Ceará; MARCIO ANDRADE TORRES, Procurador da República representando o Ministério Público Federal no Ceará; Magnífico Senhor JOSÉ CÂNDIDO LUSTOSA BITTENCOURT DE ALBUQUERQUE, Reitor da Universidade Federal do Ceará; Desembargador Federal LEONARDO HENRIQUE DE CAVALCANTE CARVALHO TRF – 5ª Região; Desembargador Federal CID MARCONI GURGEL DE SOUSA TRF – 5ª Região; JANAÍNA FARIAS, Assessora Especial do Governador do Estado do Ceará e ANDRÉA COELHO, Presidenta da Associação das Defensoras Públicas do Estado do Ceará. Na sequência o Hino Nacional Brasileiro e o Hino do Poder Judiciário do Estado do Ceará foram entoados pelo Coral do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, sob a regência da maestra Dâizinha Almeida e no piano Alvanir Silva. Em seguida, a Desembargadora Presidente convidou a magistrada **JORIZA MAGALHÃES PINHEIRO**, para prestar o compromisso de posse, o que foi feito nos seguintes termos: "Prometo bem e fielmente desempenhar os deveres do meu cargo, cumprindo e fazendo cumprir a Constituição Federal, a Constituição Estadual e as Leis da União e do Estado do Ceará". O Dr. Nilsiton Rodrigues de Andrade Aragão, Superintendente da Área Judiciária do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, fez a leitura do Termo de Compromisso lavrado em livro próprio. Após, a Desembargadora Presidente declarou empossada, Dra. **JORIZA MAGALHÃES PINHEIRO** no cargo de Desembargadora. Ato contínuo Sua Excelência, o Desembargador HERÁCLITO VIEIRA DE SOUSA NETO, representando esta Egrégia Corte, fez a saudação a nova Desembargadora nos seguintes



termos: *“Hoje é um dia de intensa alegria para este egrégio Tribunal que passa a ter como uma de suas integrantes a Magistrada Joriza Magalhães Pinheiro, cabendo-me a honra de saudá-la em nome desta Casa de Justiça. Cumpre a mim, antes realizar a incumbência que me foi confiada, efetuar condigno registro em relação ao notável Desembargador Francisco de Assis Filgueiras Mendes, cuja aposentadoria possibilitou a abertura da vaga que doravante será ocupada pela ora empossanda. Desembargador Mendes é exemplo de magistrado para gerações de juízes e desembargadores, por sua capacidade intelectual, cultura, retidão ética, honradez, humildade, simplicidade e incomparável senso de justiça. Todas as reverências que lhe sejam prestadas, a exemplo do louvável evento realizado recentemente na Escola Superior da Magistratura, por iniciativa de seu Diretor, o Desembargador Francisco Luciano Lima Rodrigues, serão insuficientes para expressar com fidelidade o que representa nosso estimado “Professor Mendes” para o Poder Judiciário do Estado do Ceará. A ele, a minha singela homenagem! Impossível levar a termo o encargo de saudar a recém-empossada desembargadora sem ser tomado pela emoção, que nasce, antes de mais nada, na nossa relação de amizade iniciada há mais de trinta anos, quando ainda éramos estudantes do curso de Direito da Universidade Federal do Ceará, nas salas de aula e corredores da nossa prezada “Salamanca”. Ali, já se tornou perceptível, para mim, um dos traços marcantes da maneira de ser de Joriza: a imensa capacidade de se relacionar com os outros e a partir disso, construir amizades profundas, duradouras, para o resto da vida. Na sala de aula sentava-se invariavelmente à primeira fila, sempre atenta, tudo anotando, acumulando cada “grama” de conhecimento e daí já despontava o tipo de profissional que viria a se tornar. E esse prenúncio não tardou a se realizar: logo depois de graduada, obteve êxito nos concursos públicos a que se submeteu, sendo aprovada, em curto lapso, para o Ministério Público Estadual e para o Poder Judiciário. Antes de optar pela magistratura, exerceu o cargo de Promotora de Justiça, penso que somente para se convencer, em definitivo, de que sua verdadeira vocação era se dedicar à arte de julgar, de “aplicar o direito ao caso concreto”, como aprendemos nas aulas de Teoria Geral do Processo. E, como toda juíza que inicia sua carreira, fez o périplo no interior do Estado, a começar por Novo Oriente, passando por Icó, Aracati e Sobral, última Comarca antes de chegar a Fortaleza. Foi a partir de Sobral, e de comarcas circunvizinhas na Região Norte, junto com um pequeno grupo de jovens e corajosos magistrados, que iniciou um movimento associativo inédito, tentando romper com o tradicional aparelhamento da Associação Cearense de Magistrados por parte de sucessivas gestões do Tribunal de Justiça. Nesse episódio se fez notar mais uma característica de Joriza: a capacidade de exercer a liderança. Líder carismática, natural, que toma para si a tarefa de lutar pelos interesses coletivos, associativos, pondo-os acima de qualquer tipo de aspiração individual, qualidade que, infelizmente, tem se tornado cada vez mais rara na magistratura. Com esse movimento emblemático do qual foi uma das artífices, inaugurou-se uma nova postura no seio da magistratura de primeiro grau, tanto em relação ao Tribunal de Justiça, em geral, quanto aos desembargadores, em particular, substituindo-se a perceptível subserviência, bajulação e temor reverencial pela altivez, pela dignidade e, principalmente, pelo respeito mútuo. Todos esses atributos (altivez, dignidade e respeito por si mesma e pelos outros) fazem parte permanente do repertório de nossa nova desembargadora. Alguns anos depois tive a ventura de ser candidato à Vice-Presidência da ACM em uma chapa encabeçada por Joriza. Pude, então, testemunhar a abnegação, o idealismo, o otimismo, a perseverança e o equilíbrio de nossa candidata à Presidência, para enfrentar uma contenda eleitoral acirrada, como chapa de oposição, na qual éramos tachados de “radicais xiitas”, muito disso porque, vejamos só, uma de nossas bandeiras era a democratização interna do Poder Judiciário, em especial as eleições diretas para os cargos de gestão do egrégio Tribunal de Justiça. Hoje, esse assunto - democratização do Poder Judiciário - queda-se esquecido, perpetuando o paradoxo de que a instituição responsável, em última instância, pela defesa da Democracia, não aplica internamente o princípio democrático para a escolha de seus dirigentes. Perdemos aquelas eleições - mero detalhe - ganhamos experiência e aprendizado únicos, além de motivação e inspiração para prosseguirmos na luta associativa. Desde então a Desa Joriza continuou trilhando seus caminhos nessa senda, sempre se posicionando de maneira firme, decidida com relação às questões atinentes ao Poder Judiciário e à Magistratura, jamais pecando pela omissão, conveniência ou conivência. Na última gestão da ACM, integrou a diretoria e foi um de seus pilares, conduzindo a Comunicação Social da entidade. Avançando no tempo, estive presente na estreia da Desa Joriza em um órgão de julgamento colegiado na capital, a 6ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais, da qual eu era membro. E, já naquela época, posso afirmar, ela estava pronta para integrar qualquer órgão de segundo grau de jurisdição no Poder Judiciário estadual. Chegou para enriquecer qualitativamente os debates, os diálogos e as discussões jurídicas que travávamos entre nós, que compúnhamos aquele colegiado de primeiro grau, e com os muitos advogados que faziam sustentação oral perante aquele órgão julgador. Sempre elegante, tratava (como ainda trata) a todos, indistintamente, com a simpatia e bom humor que, invariavelmente, lhe acompanham. Por ocasião da proclamação de seus votos, ficava evidente que, além da técnica irrepreensível contida em suas decisões, havia ali uma magistrada dotada de espírito humanístico e de preocupação social com as conseqüências de seus julgados. Alguns anos depois, assisti ao discurso de posse da então Juíza Joriza Magalhães Pinheiro no cargo de membro titular do Tribunal Regional Eleitoral, no qual permaneceu por quatro anos, após recondução ao término do primeiro biênio. Recordo-me que Joriza, em marcante fala, pronunciou verdadeira carta de compromissos, enfatizando cada um dos inoxidáveis deveres do magistrado, além de elencar mais alguns que ela própria considerava de observância obrigatória para quem exerce a atividade de julgar. E, posso afirmar, senhoras e senhores, que aquela longa lista de compromissos foi integralmente cumprida, porque fui testemunha de parte desse período de magistratura eleitoral da ora empossanda, visto que, auxiliava a presidência do TRE na gestão do eminente Desembargador Antônio Abelardo Benevides [Moraes. Além disso, Joriza dirigiu de forma destacada a Escola Judiciária Eleitoral, demonstrando, novamente, sua notável capacidade de montar e de liderar equipes, e de confirmar sua convicção sobre o papel fundamental que a formação e o aperfeiçoamento constante dos magistrados e dos servidores desempenham na superação dos problemas crônicos que o Poder Judiciário enfrenta. Nos últimos três anos, Joriza auxiliou, respectivamente, a Vice-Presidência e a Presidência deste egrégio Tribunal, coroando sua exitosa carreira, galgada exclusivamente por seus méritos, inegáveis e inconfundíveis, a confirmar o verso do poeta, compositor e cantor cubano Pablo Milanês: “o que brilha com luz própria nada pode apagar”. O longo rol de serviços prestados ao Poder Judiciário e à Sociedade não se encerra nesse brevíssimo relato. Foram muitas as missões assumidas e cumpridas com competência, coragem e denodo, em diversos cargos, com uma postura, como já afirmei, de nunca se omitir e jamais se recusar a dar sua parcela de contribuição para o enfrentamento das dificuldades a que é constantemente submetida a instituição que abraçou. Sua chegada a este egrégio Tribunal de Justiça ocorreu em sessão histórica, encabeçando uma lista triplíce composta exclusivamente de magistradas e, dentre os 22 candidatos e candidatas ao cargo, as cinco primeiras colocadas foram mulheres! Apesar de não possuir legitimidade para falar em nome das mulheres, não posso deixar de registrar o quão simbólico é esse resultado no seio de uma instituição que reproduz integralmente o machismo e a misoginia incrustados em nossa sociedade. Mesmo sabedora do seu êxito na criteriosa avaliação feita pelos membros deste egrégio Tribunal, em que obteve a média mais alta possível - 100 pontos - o que diz muito sobre o conceito que a Corte tem de seu desempenho como magistrada, a Desembargadora Joriza é consciente de que nem tudo são flores, pois conhece bem a realidade da Justiça, seja por sua capacidade de análise, seja pelos anos de experiência e pelo exercício de diversos cargos na gestão. “Vivemos tempos estranhos”, já disse um ministro do STF, tempos em que membros do Judiciário, de forma indiscriminada, buscam holofotes, espaço nas redes sociais, reconhecimento, “status” de celebridade,*



protagonismo, inclusive político, adotando condutas antagônicas às esperadas de um magistrado ou magistrada. Tempos em que a sobriedade, a discrição e a austeridade têm sido desprezados, abandonados pelo caminho, atitude que nos conduzirá, inevitavelmente, se não houver uma correção de itinerário, para o abismo, para o descrédito e para a falta de legitimidade de nossa atuação como instituição isenta e capaz de zelar pelo Estado Democrático de Direito. No imaginário da sociedade, o Poder Judiciário ocupa um papel fundamental, pois o que dele se espera é a resolução imparcial dos conflitos, nos embates que ela própria, a sociedade, não é capaz de solucionar sozinha. Seja no setor público, através dos entes estatais, notadamente os poderes executivos, seja no privado, nas lides englobando os cidadãos e as empresas, principalmente os grandes conglomerados financeiros, que constantemente ultrapassam as balizas da legalidade, tem-se no Judiciário a última esperança, o guardião do Estado Democrático de Direito, das garantias e dos direitos fundamentais. Falhar nessa missão institucional, que nos foi confiada pela Constituição da República, frustrando a expectativa de último bastião da Democracia é uma hipótese que historicamente nunca parece remota, sempre está à espreita, nos esperando em cada esquina. Desde sua origem, o Poder Judiciário brasileiro tem relação estreita com as oligarquias, com o poder político e econômico e uma distância asséptica da base da pirâmide social. Porém, assegurar a democracia, tanto no aspecto formal quanto na perspectiva material, em um país marcado por alarmante pobreza e brutais desigualdades nas condições de vida, de trabalho e de oportunidades, perpassa necessariamente pela ruptura com o encastelamento e o hermetismo tradicionais do Poder Judiciário, que nos mantiveram distantes e avessos ao diálogo com a sociedade (toda ela), intolerantes em absorver as críticas, insensíveis para perceber o abismo econômico, social e humano que atinge ampla parcela da população. Diante dessa conjuntura, além de todos os predicados que, resumidamente, mencionei, Joriza é possuidora, notadamente, de consciência social e acurada sensibilidade para perceber e compreender as dificuldades inerentes à nossa atividade e de se posicionar diante das mazelas, das desigualdades e das injustiças com os quais nos deparamos diariamente no exercício da função jurisdicional. E é capaz, ainda, de trazer essa compreensão e sentimento para suas decisões, nos limites permitidos pela lei, sem contaminá-las com convicções ideológicas, políticas ou religiosas, equilibrando sua emotividade inata com a racionalidade imprescindível para fundamentar os atos decisórios. Tenho a certeza de afirmar que a Desembargadora Joriza Magalhães Pinheiro está mais do que preparada para assumir o desafio de cumprir, a partir de hoje, essa nova missão em sua vida profissional. E, para além de saudá-la, sinto-me no dever de felicitar a este egrégio Sodalício, que sabiamente soube reconhecer os méritos e a inestimável contribuição que essa Magistrada sempre deu e continuará dando para a Justiça cearense, o que é motivo de orgulho para todos nós que a conhecemos, estimamos e admiramos profundamente. Nas palavras do dramaturgo e poeta alemão, Bertold Brecht: Há aqueles (e aquelas) que lutam um dia, e são bons; Há outros (e outras) que lutam um ano, e são melhores; Há aqueles (aquelas) que lutam por muitos anos, e são muito bons; Porém há os que lutam toda a vida Estes (e estas) são os imprescindíveis! Vossa Excelência, Des. Joriza, é imprescindível! Muito obrigado.” Dando continuidade pronunciou-se a neo empossada Dra. **JORIZA MAGALHÃES PINHEIRO** nos seguintes termos: “**EXCELENTÍSSIMA SENHORA DESEMBARGADORA MARIA NÁILDE PINHEIRO NOGUEIRA, PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**, a quem tenho a felicidade de auxiliar há três anos e acompanhar diariamente o mais elevado espírito público com que pode ser tratada esta instituição e a coletividade a que se destina. Excelentíssimo Senhor **CAMILLO SOBREIRA DE SANTANA**, Governador do Estado do Ceará; Excelentíssima Senhora **MARIA IZOLDA CELA DE ARRUDA COELHO**, Vice-Governadora do Estado do Ceará; Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual **EVANDRO LEITÃO**, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado Do Ceará; Excelentíssimo Senhor **RENATO LIMA**, Secretário de Governo, nesse ato representando o Prefeito Municipal de Fortaleza **JOSÉ SARTO NOGUEIRA MOREIRA**; Excelentíssimo Senhor **MANUEL PINHEIRO FREITAS**, Procurador-Geral de Justiça; Excelentíssima Senhora Desembargadora do Trabalho **REGINA GLAUCIA CAVALCANTE NEPOMUCENO**, Presidente do Tribunal Regional do Trabalho 7ª Região; Excelentíssimo Senhor Desembargador **INÁCIO DE ALENCAR CORTEZ NETO**, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará; Excelentíssima Senhora **ANA CRISTINA DE PONTES LIMA ESMERALDO**, Diretora do Fórum Clóvis Beviláqua; Excelentíssimo Senhor Juiz de Direito **DANIEL CARVALHO CARNEIRO**, Presidente da Associação Cearense de Magistrados; Excelentíssimo Senhor **JOSÉ ERINALDO DANTAS FILHO**, Presidente da OAB Seção Ceará; Excelentíssima Senhora **ELIZABETH DAS CHAGAS SOUSA**, Defensora Pública Geral do Estado do Ceará. Me sinto profundamente honrada e agradecida com suas presenças! Permitam que me afaste um pouco do protocolo e faça alguns cumprimentos especiais. Saúdo os desembargadores estaduais e federais presentes, na pessoa do Vice-Presidente **ABELARDO BENEVIDES MORAIS**, pessoa que admiro profundamente pela ética republicana que adota no exercício de suas funções, que sabe liderar a si mesmo e inspirar as pessoas a darem o melhor de si. Os juízes de primeiro grau, cumprimento na pessoa da Diretora do Fórum Clóvis Beviláqua, juíza **ANA CRISTINA DE PONTES ESMERALDO**, exemplo perfeito de magistrada comprometida, que exala entusiasmo, que concilia na sua atuação, resolutividade e humanidade. Saúdo os membros do Ministério Público em nome da Promotora de Justiça Rita Arruda, aos meus olhos, paradigma de excelência funcional na atuação sempre correta, firme, lúcida, responsável e sem exibicionismo. Cumprimento todos os defensores públicos na pessoa de Andréa Coelho, mulher forte e talentosa, que põe o melhor de si em tudo o que faz e que é absolutamente comprometida com o assistido, especialmente o mais vulnerável. Saúdo a advocacia na pessoa do Dr. Emanuel Sampaio, que representa para mim o modelo de profissional que alia conhecimento jurídico, respeito, boa-fé e lealdade processual. Os servidores desta casa, saúdo em nome do Superintendente da área administrativa deste Tribunal, Sérgio Mendes, retrato do profissional que o mundo de hoje precisa, aquele que tem competência e disponibilidade para, além de suas obrigações ordinárias, fazer o que é necessário e bom para que o usuário do serviço tenha a melhor experiência possível. Colegas, familiares, amigos. Senhoras e senhores. Este momento, único em minha vida, marca a assunção de um novo desafio: o de compor o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará como desembargadora. Como em todo ritual de passagem, o momento é de reflexão profunda, rico em sentimento e memória. Olho para trás e tudo o que tive de percorrer para estar aqui; lembro de cada pessoa que esteve ao meu lado nessa jornada. Olho ao redor, no tempo presente, e sinto uma gratidão imensa a inundar meu ser ... no agora sou emoção e afeto. Miro o futuro e medito sobre os meus propósitos, pessoais e profissionais. E nesse refletir, do ontem para o hoje, do presente para o amanhã, sobressaem os questionamentos que me tenho feito diariamente desde que assumi a magistratura: o que a sociedade espera de um juiz? Como posso contribuir ativa e efetivamente para o cumprimento da missão do Judiciário? Essa introdução, senhoras e senhores, é para explicar que minha fala se restringirá ao que considero essencial neste ritual de passagem: a visão e os valores que conduzem meu trabalho, meus compromissos para com esta instituição e para com a sociedade, e meus agradecimentos pessoais. Serei breve, fiquem tranquilos, até porque, me apropriando das palavras de Sófocles, “não quero ornar a minha vida com discursos, e sim com atos”. Começo com o compromisso de que buscarei proceder segundo valores éticos, qualidades e virtudes que entendo importantes serem cultivados por um magistrado. Cito, inicialmente, a **coragem**... Sem dúvida, é a virtude mais universalmente admirada. Coragem é a virtude dos heróis... E quem não admira os heróis? Sim, precisamos todos de coragem. Coragem para continuar e para aguentar, coragem para viver e para morrer, coragem para combater, para enfrentar o medo, coragem para amar e para agir bem, coragem para suportar o labor, coragem para se manter firme e alegre diante dos obstáculos que são muitos... E todo esse esforço é a própria coragem. Há também uma coragem específica do magistrado, ou deveria haver. A de ser fiel à sua alta missão constitucional com



independência, livre de injunções marginais, de pressões ilegítimas, em condições de cumprir, com incondicional respeito ao interesse público, os elevados objetivos que pautam a própria existência do Poder Judiciário. Essa a postura virtuosa de um julgador. Mas, o que é coragem sem **prudência**? Cervantes já dizia que a valentia que não se funda sobre a base da prudência se chama temeridade. A prudência é o que separa a ação do impulso, o herói do louco ou insensato. Prudência é virtude de paciência e de antecipação. Ser prudente é estar atento não apenas ao que acontece, mas ao que pode acontecer. A prudência leva ao decidir da melhor forma possível, de modo consequente e responsável e, por isso, é indispensável nessa profissão. Chego, agora, a outra virtude que me parece essencial: **Tolerância**. Explico logo que não me refiro aqui a passividade ... muito menos a ser tolerante ao horror que nos poupa, à injustiça que não nos atinge, àquilo que ameaça efetivamente a liberdade, a paz, ou a sobrevivência de uma sociedade. Existe, sim, o intolérável. Refiro-me à tolerância como virtude que se opõe ao fanatismo, ao sectarismo, ao autoritarismo. Defendo é a postura do “magistrado tolerante”, como aquele aberto aos inúmeros interlocutores, que busca soluções, especialmente nas questões envolvendo conflitos sociais, difusos ou coletivos, com a promoção de amplo debate, incluindo posicionamentos distintos, sem excluir nenhum por alguma prevenção de ordem política, religiosa, ideológica etc. O magistrado tolerante compreende a pluralidade de valores existente num Estado Democrático de Direito e as consequentes contradições na formulação e na interpretação dos textos normativos e, assim, é capaz de decidir com racionalidade e sabedoria. Incluo, ainda, como virtude preciosa a ser cultivada por um magistrado, o **Humor**. Penso que sem humor é sofrida a própria prestação do serviço jurisdicional. E justifico: É que aquela imagem de um julgador, isolado do mundo, sozinho a decidir os processos que lhe são apresentados, não é real ou, pelo menos, não nos dias de hoje. Atualmente, a demanda processual é gigante, existem inúmeras metas a serem cumpridas, há a necessidade de utilizar vários sistemas de informática, uns por onde tramitam os processos eletrônicos, outros para que seja possível extrair informações ou monitorar eventuais gargalos. Para tudo isso e inúmeras outras atividades, o magistrado precisa de uma equipe para auxiliá-lo e precisa gerir essa equipe. Fundamental, também, atender partes e advogados, conviver em harmonia com membros do ministério público e da defensoria, presidir audiências e sessões de julgamento, ouvir testemunhas, se comunicar com peritos, entrevistadores forenses, autoridades civis e militares, outras equipes de trabalho, outros magistrados ... enfim, precisa estar em contato permanente com pessoas, mesmo no mundo virtual. No segundo grau, em que boa parte dos julgamentos são colegiados, esse contato é ainda mais intenso. Como prescindir do humor? Perfeita a colocação de André Comte Sponville sobre essa virtude: “não ter humor é não ter humildade, é não ter lucidez, é não ter leveza, é estar demasiado enganado acerca de si, é ser demasiado severo, ou demasiado agressivo”. E conclui: há coragem no humor, grandeza, generosidade. Concordo e acrescento, o humor carrega um tanto de simpatia, de cortesia, de civilidade. Ajuda na comunicação, um dos maiores desafios do ser humano; contribui para um ambiente organizacional leve e saudável; favorece a acessibilidade e urbanidade tão valiosas para o atendimento do público em geral ... enfim, torna o mundo um lugar melhor de viver. Como é virtuoso o humor! Finalmente, falo da **Justiça**, que é o horizonte de todas as demais virtudes. Todo valor a supõe, toda a humanidade a requer. Justiça é a primeira necessidade social. Mas o que é justiça? Eis um dos maiores questionamentos de toda a filosofia, em todos os tempos, e não tenho a pretensão de respondê-lo. Posso afirmar, entretanto, que justiça é incompatível com desonestidade. Ser justo significa, necessariamente, ser íntegro, digno, honesto. E certamente, é com a honradez pessoal e profissional que o juiz obtém o respeito da sociedade e a sua própria legitimidade para aplicar a lei. Além disso, entendo ser a justiça incompatível com despreparo intelectual. Penso que não há função estatal a exigir mais aprofundados e permanentes estudos do que a do juiz, chamado a resolver conflitos cada vez mais complexos, numa sociedade em permanente mudança. Ouso dizer que o aperfeiçoamento da função jurisdicional, a independência do magistrado e o próprio acesso à justiça, em seu sentido mais amplo, passam obrigatoriamente pela qualificação dos magistrados. Nesse ponto, quero render homenagens ao Desembargador Filgueira Mendes, a quem tenho a honra e o desafio de substituir após merecida aposentadoria. Desembargador Mendes é um estudioso, uma referência, não apenas em Processo, mas em toda ordem de conhecimento. Foi professor de várias gerações, coordenou esta Escola da Magistratura por doze anos e manteve-se entusiasta da qualificação permanente dos seus pares. Não tenho dúvidas, senhoras e senhores, de que o desembargador Mendes será sempre lembrado e reconhecido por sua cultura e retidão. Retomando sobre a virtude da justiça, acrescento ser ela histórica. Assim, se hoje vivenciamos um Estado Democrático de Direito, acredito ser incabível os arroubos do “juiz revolucionário”, que aposta na ruptura da ordem jurídica para implementar a “sua” ideologia, os “seus” valores, o “seu” entendimento de uma sociedade justa. Entendo que, no Estado Democrático de Direito, as escolhas do juiz, na realização da justiça, não podem ser distanciadas das escolhas que o titular do poder, o povo, positivou na Constituição Federal. Acredito que ir além ou contra a Constituição, mesmo que boas sejam as intenções, significa enveredar pelo autoritarismo. Entendo, portanto, que um magistrado que tem a justiça como aspiração mais elevada, precisa ser honesto, preparado intelectualmente e ciente da dignidade da legislação em seu sentido mais amplo. Senhoras, senhores. Na esteira de Dostoiévski, acredito que o ser humano é capaz de conter, no interior de si, todas as contradições, capaz de contemplar os dois abismos ao mesmo tempo: o abismo acima de nós - o dos ideais elevados; e o abismo abaixo de nós - o da mais baixa e repelente queda. Acredito que não nascemos virtuosos, mas podemos nos tornar. Porque as virtudes são nossos valores morais vividos, em ação, ser virtuoso é ser capaz de buscar incessantemente a própria excelência, em um contínuo e permanente esforço de agir bem, de superar as próprias imperfeições. Ser vencedor de si mesmo é a maior vitória que se pode desejar, já dizia o bravo Dom Quixote. Mas, o que estaria de nossas virtudes sem amor? E que valeriam elas se nós não as amássemos? Na verdade, toda a nossa vida, pública ou privada, só vale proporcionalmente ao amor que nela pomos ou encontramos. Venho refletindo sobre isso ... e sem medo de parecer sentimental ou piegas, digo que é com tanto amor que executo o meu trabalho, que mesmo diante da maior adversidade, sinto uma espécie de responsabilidade alegre em ser magistrada. É com essa reflexão e esse entendimento que hoje assumo o desafio de compor este Tribunal, comprometendo-me, publicamente, a buscar evoluir sempre como ser humano e como profissional a serviço de meus semelhantes. Comprometo-me, assim, a cumprir minha responsabilidade política, social e jurídica, de procurar servir bem, com coragem, independência, prudência, justiça, integridade pessoal e profissional, capacitação permanente, tolerância e humor. Comprometo-me também a continuar dedicando amor ao trabalho, a esta instituição judiciária e à sua missão de garantir direitos para realizar justiça no Ceará. Antes de finalizar, permitam-me fazer alguns agradecimentos porque a gratidão é a mais agradável das virtudes. Primeiramente, agradeço a Deus por tudo e por todos que fazem a minha existência; agradeço a Ele, em destaque, pela fé e esperança que habitam minha alma, mesmo quando, às vezes, o mundo parece estar espoliado das belezas. Meus pais, Pinheiro e Mariza, que felicidade é poder honrá-los todos os dias e neste em especial! Muito obrigada, pelo tanto de afeto que me dedicaram. No dizer de Guimarães Rosa, aquele afeto constando com a justiça, que puniu meus demaseios e quis bem às minhas alegrias. Pai, mãe, muito obrigada! Amor infinito é o que sinto por vocês! Ao Ari, em memória, agradeço por ter compartilhado a maior parte de sua vida comigo e ter me amado de tal forma que eu nunca duvidasse disso. Tenho tantas outras coisas a agradecer ao Ari, mas realço algo determinante para eu estar hoje aqui: mesmo vivendo em uma sociedade estruturalmente machista e culturalmente patriarcal, ele permitiu e incentivou que eu florescesse como mulher e ocupasse os espaços que desejei. Aos meus filhos, Artur, Átila, Isadora e Heitor, agradeço simplesmente por existirem, por serem o que são!



Obrigada, meus amores, por cada instante vivenciado, por todos os olhares amorosos e risos compartilhados, por tanto aprendizado diário, pela emoção de vê-los crescer lindamente humanos! Vocês são o melhor de mim, o meu norte, o meu principal! Aos meus irmãos, Cecília e Pinheiro Neto, e aos meus sobrinhos, Mirella, Isabella, Danillo e Mariana, dou graças por serem família de verdade, aquela que a gente sabe que conta para o que der e vier. Agradeço a cada um dos desembargadores que escolheu o meu nome como merecedor de integrar este Tribunal e o faço em nome do decano desta Casa e parâmetro de preparo e desempenho, Desembargador Fernando Ximenes Rocha. Ao Desembargador Heráclito, orador que me antecedeu, muito obrigada! Que saudação cuidadosa (e afetuosa tb!). Suas palavras nesta sessão solene, somadas ao carinho e admiração que lhe tenho há muito, causaram em mim contentamento enorme ... eu, que sou reconhecida e assumidamente emotiva, quase não caibo em mim. Meu agradecimento todo especial à desembargadora Náilde. Obrigada, Presidente, pela confiança que em mim depositou, pela escuta ativa, pela empatia e gentileza no trato, pelo olhar atento a tudo, pela impressionante disposição e disponibilidade. Como foi feliz e inspirador acompanhá-la e como aprendi nessa missão. Minha gratidão máxima por essa oportunidade vivida! Essa gratidão, Presidente, se estende aos colegas Cláudio Ibiapina, Emilio Viana e Ricardo Alexandre Costa, bem assim a todos os servidores que nos acompanharam nos últimos três anos. Obrigada por suas inteligências, compromisso profissional, lealdade e espírito colaborativo. Tenho convicção de que formamos uma autêntica equipe: aquele grupo de pessoas que confiam umas nas outras! Meu muito obrigada, também, às tantas outras pessoas que estiveram ao meu lado na labuta diária da atividade jurisdicional, desde o longínquo 1994, em Novo Oriente, até a Nona Vara da Fazenda Pública em Fortaleza. Quanta troca, quanto esforço, quantos ideais, quantos vínculos de afeto formados para sempre! E salve minhas amigas da Liga da Justiça! Lá se vão mais de 30 anos de muito riso, um tanto de lágrimas, porque a vida não é só alegria ... quanto mais o tempo passa, mais me pergunto: o que seria de mim sem vocês? Graças aos amigos do Sancho Pança, que compartilham comigo a paixão pela literatura e, parafraseando Suassuna, sentem o fogo subterrâneo da poesia e o galope do sonho. Obrigada aos amigos que têm sempre amor para ir, seguir e recomeçar. Amor expressado em ações de cuidado com quem e o que está ao nosso redor. Como sou feliz com vocês! Gratidão a todas as mulheres que vibram com o sucesso e o reconhecimento umas das outras, que são solidárias, que são leais e fiéis à sua condição feminina e buscam, incessantes, a igualdade de gênero. Me regozijo com isso! Amigos resistentes, que sabem, como Simone de Beauvoir, que ninguém consegue instalar-se na indiferença. Obrigada por cultivarem comigo subversiva alegria, e por esquivarem o mau tempo com música, cinema e arte. E digo a cada um que acompanha esta solenidade ... meu coração está pleno de júbilo e gratidão! Muito obrigada por suas presenças, físicas ou virtuais, que alegrem este ato formal, aquecem a minha alma, estimulam o meu viver. Muito obrigada! Na sequência, a Desembargadora Presidente teceu efusivos elogios à Desembargadora JORIZA MAGALHÃES afirmando que, desde 16.3.2020, a Escola Superior da Magistratura Cearense – ESMEC, não recebia tantos convidados, seja na modalidade presencial ou virtual, destacando sua felicidade em poder visualizar tantos rostos amigos e queridos, a exemplo de poder olhar para os pais da referida magistrada, a Desembargadora MARIZA MAGALHÃES e o Dr. MANOEL PINHEIRO, e a Defensora Pública, Dra. SALETE CASTELO BRANCO, proeza que atribuiu à nova Desembargadora, ocasião em que fez registrar sua grande emoção em poder abraçá-las, e em nome das quais, cumprimentou a todas as pessoas presentes na solenidade. Manifestou, também, sua grande alegria em poder presidir a Sessão e acolher a referida magistrada. Por fim, dirigiu-se à Desembargadora JORIZA MAGALHÃES, enaltecendo-lhe pela sua larga experiência na magistratura cearense, bem como sua capacidade de somar e agregar, desejando-lhe sucesso e as bênçãos de Deus. Agradeceu a presença de todos, e declarou encerrada a sessão, pelo que se lavrou a presente Ata, a qual, lida e aprovada, vai, a seguir, assinada.

Fortaleza (CE), 18 de fevereiro de 2022.

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará

Superintendente da Área Judiciária

ÓRGÃO ESPECIAL

DESPACHO DOS RELATORES- Órgão Especial

TJCENEXE - Órgão Especial e Seções Cíveis DESPACHO DE RELATORES

0623649-34.2022.8.06.0000 - Mandado de Segurança Cível. Impetrante: Roosevelt Oliveira de Melo Neto. Advogado: Deodato José Ramalho Neto (OAB: 15895/CE). Impetrado: Presidente do Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça. Despacho: - Diante do exposto, sem mais delongas, por vislumbrar a presença dos seus requisitos, DEFIRO o pedido liminar formulado, no sentido de assegurar a participação de Roosevelt Oliveira de Melo Neto no prosseguimento do certame, especificamente, na prova oral, até ulterior deliberação neste writ. Notifique-se, com a urgência que o caso requer, a autoridade impetrada, para determinar a adoção das providências necessárias ao cumprimento da liminar ora deferida, bem como apresentarem as devidas informações. Dê-se, ciência da impetração à douta Procuradoria-Geral do Estado, nos termos e para fins do disposto no inciso II, do art. 7º, da Lei nº 12.016/09, enviando-lhe, para tal fim, cópia da inicial. Em seguida, dê-se vista dos autos à douta Procuradoria-Geral de Justiça, para o seu Parecer de mérito. Expedientes necessários. Fortaleza, 9 de março de 2022. DESEMBARGADOR FRANCISCO LINCOLN ARAÚJO E SILVA Relator

Total de feitos: 1

TJCENEXE - Órgão Especial e Seções Cíveis
DESPACHO DE RELATORES